

PROJETO DE COLONIZAÇÃO 2 NO MUNICÍPIO DO CABO EM PERNAMBUCO



Maria das Graças Lins Kater
Pesquisadora do Dpto. de Geografia da
Fundação Joaquim Nabuco

O aumento das tensões sociais no meio rural nordestino tem gerado, por parte do Governo da União, a adoção de medidas paliativas, a exemplo das pseudo-reformas agrárias que vêm sendo realizadas. Nenhuma medida efetiva foi tomada para se conhecer as experiências passadas de colonização, o que, conforme entendemos, eliminaria os erros cometidos e possibilitaria a reformulação dos planos de colonização e/ou reforma agrária, adequando-os à realidade regional. Assim, com o propósito de trazer a lume informações que possam contribuir para o conhecimento e solução dos problemas relacionados ao processo de colonização, resolveu-se estudar a área onde se localizam as terras escolhidas pela Companhia de Revenda e Colonização, CRC. Estas terras situam-se no município do Cabo e integram a Região Metropolitana do Recife.

Nossa escolha decorreu de dois motivos: (a) o conhecimento prévio da região, ligado a interesses pessoais, originados do contato com a problemática local durante muitos anos; (b) o fato de a área escolhida ter passado por um acentuado processo de transformação no que diz respeito à estrutura agrária. A divisão da terra em parcelas ou lotes, efetuada pela Companhia de Revenda e Colonização transformou o antigo latifúndio em pequenas propriedades que foram vendidas ao pequeno agricultor, as quais, segundo o regulamento do próprio órgão, deveriam ser pagas em 10 anos.

Com o passar do tempo, a área, que, anteriormente, integrava um dos segmentos mais expressivos do espaço canavieiro de Pernambuco, foi perdendo importância. O insucesso da experiência de colonização ali implantada traduziu-se não apenas em menor aproveitamento dos espaços produtivos mas também, correlacionadamente, em diminuição da densidade populacional. O reflexo dessa experiência negativa na Zona da Mata de Pernambuco, a partir desse quadro rural modificado, pode ser claramente verificado pela liberação de mão-de-obra que passou a ocorrer dentro da área colonizada, visto que, em sua grande maioria os pequenos proprietários nunca tiveram nem têm meios de sobrevivência, a não ser como trabalhadores volantes de uma usina mais próxima ou, em certos casos, de um ou outro colono dotado de melhores condições econômicas. Este trabalho ainda poderá servir de subsídio a uma política de planejamento agrícola que resulte na melhoria de condição de vida da população.

Tratando-se de uma área onde ocorreu uma mudança na estrutura fundiária segundo seu tipo dimensional, sem, contudo, ter sofrido uma reforma no sistema tradicional do cultivo da cana-de-açúcar, ela foi estudada (por um grupo de técnicos especializados no assunto) obedecendo a critérios próprios de uma colonização que foi objeto de intervenção governamental. Desde o planejamento inicial fez a CRC (Companhia de Revenda e Colonização) o loteamento em pequenas propriedades destinadas à exploração pelas famílias dos colonos nucleados. O Projeto inicial previa em grande escala a produção de lavouras de subsistência, frutas e legumes, que deveriam ser vendidos no centro comercial do Recife e do Cabo, não se referindo às culturas comerciais.

As famílias ali sediadas, em número aproximado de 340, deveriam ser exclusivamente de agricultores modestos, que se comprometessem a residir com suas famílias nos lotes rurais. Outras exigências eram: ser pessoa física e mentalmente capaz para o exercício de atividade rural; não ser portador de moléstia infecto-contagiosa; dedicar-se por mais de cinco anos consecutivos a lides agropecuárias, como rendeiro, parceiro ou assalariado; ser maior de 21 anos e ter idade inferior a 50 anos. Respeitadas as demais condições contidas no Regulamento de Colonização, em 10 anos o título de "promessa de compra e venda" passaria a escrita definitiva.

No entanto, o colono não poderia fazer repasse do lote sem a permissão da CRC (Companhia de Revenda e Colonização) antes de liquidada a operação, condição que não foi obedecida, passando rapidamente o lote, em alguns casos, para mãos de terceiros. Contrariando, mesmo, o próprio objetivo do Projeto, alguns lotes foram inicialmente entregues a "não agricultores", tornando-se essa, talvez, uma das razões responsáveis pelo fracasso da experiência. A pesquisa procura centralizar os diversos aspectos que deveriam ter sido utilizados para sistematizar o "tipo" de colonização ali implantado. A área corresponde a aproximadamente 3.400 ha, localizada a cerca de 30 km do centro do Recife.

A usina José Rufino foi desapropriada pelo Estado, com todos os seus engenhos, para a criação do Distrito Industrial. Com uma área relativamente pequena, ela produzia uma safra de aproximadamente oitenta e seis mil sacos. A partir de 1932 deixou de ser explorada por seus proprietários (herdeiros), passando para a mão de um arrendatário. O arrendamento das terras e da unidade produtora era de 5 (cinco) anos, fato que veio se renovando até 1960. Talvez se encontre, aqui, uma explicação para a não introdução de uma tecnologia mais avançada, o que poderia aumentar sua capacidade produtiva. Quase toda a cana esmagada na unidade produtiva provinha de suas próprias terras, sendo que a quantidade enviada por fornecedores era mínima, representando muito pouco para o aumento da produção açucareira de cada safra. Havia um grande número de moradores, sitiantes e lavradores que residia em pequenos sítios de lavoura e criação de subsistência: constituía uma categoria sócio-econômica integrante de uma estrutura social que, se não poderia ser considerada equilibrada, ao menos poderia ser considerada estável.

Após a expropriação, toda a área do Engenho Barbalho e parte do Engenho Trapiche e do Engenho Novo foi selecionada para o estabelecimento do Distrito Industrial. O restante da área foi vendida à Companhia de Revenda e

Colonização para a execução de um plano de colonização com a finalidade de reter, nas terras, os moradores, sítiantes e lavradores que ali trabalhavam, conforme determinou o artigo 29, do Decreto Estadual nº 532, de 29 de setembro de 1960: "Tais bens desapropriados são atribuídos à Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO - sociedade anônima mista, a qual se obriga instalar em partes destas terras desapropriadas a sua fábrica de borracha sintética, reservando-se outras partes para o Distrito Industrial e para colonização, por intermédio da Companhia de Revenda e Colonização".¹

Com a aquisição das terras, partiu a CRC para elaborar o seu Projeto nº 2, que visava a instalação de 340 (trezentos e quarenta) famílias. O Projeto foi elaborado em coerência com o artigo 29 do Regulamento de Colonização do Estado. Em outras palavras, o núcleo a ser criado serviria para fixar famílias de agricultores devidamente selecionadas, concedendo-lhes o acesso à terra própria e, mediante assistência educativa (extensão rural) e creditícia, proporcionar-lhe uma renda adequada à sua manutenção, em níveis sócio-econômicos condignos.

Da elaboração do Projeto participaram técnicos da CRC, CONDEPE, IPA, SUDENE e CETREÍNO, com assessoria de um renomado especialista da FAO. O cálculo dos investimentos feito para a implantação do Projeto tomou por base o preço de 1961, e, para os demais anos, com um acréscimo de 30%. Muito embora tais investimentos sejam elevados, deve-se levar em conta que, a partir do segundo ou do terceiro ano, cada família estaria contribuindo para a economia agrícola do Estado com um valor igual ou maior, concorrendo ainda para o bem-estar das comunidades urbanas. Ressalta-se que todo o investimento seria ressarcível, indo constituir, com os possíveis lucros, um fundo de colonização rotativo.

Prevía o Projeto a elaboração de Plano Básico de exploração dos lotes, de natureza integral e a longo prazo; tendo-se em vista: (a) a finalidade da colônia; (b) as características ecológicas e topográficas da gleba; (c) a vocação agrônômica da terra; capacidade de uso; fertilidade, etc; (d) a vocação econômica da empresa rural; meios de transportes e armazenamento; preços dos produtos de maiores vantagens comparativas; comercialização e tendência dos mercados; industrialização, etc; (e) do sistema de colonização; individual, comunal; (f) da legislação específica e do regulamento de colonização; (g) de crédito rural; (h) e das condições sócio-culturais dos colonos e respectivas famílias. De acordo com o espírito do Projeto, o Plano Básico deveria prever as atividades comuns a todos os lotes integrados aos objetivos do núcleo. A diversificação das atividades agropecuárias seria econômica e, socialmente, desejável por tratar-se de uma região onde predomina a monocultura canavieira. Os lotes teriam em média 10 hectares, que seriam explorados de preferência com a mão-de-obra familiar, desenvolvendo-se as atividades gradativamente, para alcançar sua plenitude no terceiro ano.

De um modo geral, seriam cultivados meio (0,5) hectare com hortaliças, meio (0,5) com diversas culturas para subsistência da família, dois (2,0) hectares com mandioca, três (3,0) com maracujá ou cultura de rentabilidade equivalente, meio (0,5) com fruteiras diversas, um e meio (1,5) com bananeiras, meio (0,5) de capineira, criação de três (03) porcas e dez (10) suínos de engorda, du-

zentas (200) galinhas e três (03) vacas. O restante da área seria destinado ao pouso e reflorestamento.

No Projeto constava a instalação, em cada parcela, da seguinte infraestrutura: uma habitação com dependências para famílias (com flexibilidade para receber acréscimo), móveis e utensílios domésticos. O material utilizado na construção seria tijolo e telha. Um estábulo rústico (6 animais); uma pocilga rústica (3 reprodutores e 10 cebados), um galinheiro rústico para 200 aves; um galpão-depósito. Para cada colono seriam fornecidos os seguintes implementos: um pulverizador tipo costal; um cultivador com arreios; uma motobomba de 2 HP; 50 metros de cano. Seriam fornecidos ainda os seguintes animais: 3 vacas leiteiras; 1 burro; 3 porcas para reprodução; 200 aves; e 10 cebados para engordar. Anualmente, seriam elaborados para cada família os respectivos "Planos de Administração Rural e do Lar", com a finalidade — respeitadas as características do Plano Básico — de planejar as atividades que seriam realizadas durante o ano agrícola e suas estimativas de orçamento.

O Plano de Administração achava-se dividido em quatro partes, a saber: (a) situação sócio-econômica; (b) atividades do ano anterior; (c) plano anual de melhoramentos; e (d) o plano de financiamento ao colono deveria se fundamentar nas atividades que seriam desenvolvidas, no montante de capital necessário, prevendo as parcelas que deveriam ser financiadas. Compreendia, ainda, o plano de reembolso em função da capacidade de pagamento do colono, das leis vigentes e das normas bancárias.

Para atender ao financiamento das atividades agropecuárias de cada família, seriam necessários, no primeiro ano, a preço de 1960 Cr\$ 286.500; no segundo Cr\$ 277.400; e no terceiro Cr\$ 363.600; podendo-se projetar as estimativas para o quarto ano em Cr\$ 345.000 e no quinto em Cr\$ 434.850. Para instalação do Núcleo estava previsto no Projeto a realização de levantamento planimétricos e altimétricos. Após os levantamentos, seria procedido a locação das sedes, dos lotes rurais e urbanos; a instalação dos escritórios da ANCAR (atual EMATER) e da CRC; a instalação das famílias; a elaboração do Plano Básico de exploração dos lotes, conforme detalhamento feito anteriormente; a constituição de uma cooperativa mista (*); a instalação de agroindústrias caseiras, quando fosse o caso.

Para o desenvolvimento do Núcleo, seria necessária a constituição de duas sedes, compreendendo: dois (02) prédios de administração, nove (09) salas de aula, duas (02) casas para capatazes e dois (02) vigias, duas (02) olarias com motores Diesel, duas (02) oficinas com motor, duas (02) casas de farinha com motor Diesel e dois (02) ambulatórios com gabinetes dentários. Seria necessária, ainda, a aquisição de dois (02) caminhões, três (03) camionetes com tração nas quatro rodas, três (03) tratores de pneus tipo 54 HP e sete (07) lâminas niveladoras para tração animal ou mecânica. Ademais, seriam utilizados os serviços, durante a implantação, de um (01) trator de esteira tipo HD6 e de uma (01) motoniveladora. Nas sedes em apreço, seriam instalados dois (02) escritórios da CRC, dois

* *A fundação da cooperativa mista tinha por finalidade despertar o espírito associativista do colono e, através de técnicos especializados em colonização se procuraria organizar as comunidades em bases racionais.*

(02) escritórios da ANCAR-PE., (atual EMATER), nove (09) escolas, dois (02) ambulatórios e dois (02) rádios receptores-transmissores, que possibilitariam a comunicação com a CRC no Recife e com os demais núcleos coloniais.

Para atender às necessidades de pessoal seriam necessários cinco (05) agrônomos; um (01) veterinário, duas (02) supervisoras domésticas, cinco (05) auxiliares de escritório, dois (02) almoxarifes, dois (02) serventes, dois (02) mecânicos, dois (02) eletricitas, dois (02) carpinteiros, quatro (04) motoristas, vinte (20) operários, três (03) vigias, dois (02) capatazes, dois (02) encarregados de casa de farinha, nove (09) professores, dois (02) médicos, dois (02) dentistas, duas enfermeiras, duas (02) ajudantes de dentistas, e dois (02) especialistas em indústrias rurais. Dever-se-ia, ainda, levar em consideração a construção de 340 casas de taipa (*) a Cr\$ 80.000 cada, totalizando 27 milhões de cruzeiros.

Para investimento em capital fixo seriam necessários, por colono, 550 mil cruzeiros e, para capital de giro, 520 mil cruzeiros, perfazendo um total de 1,07 milhão de cruzeiros. Para todo o núcleo, isto é, para a realização do Projeto, o custo total seria de 565 milhões de cruzeiros. Os recursos estipulados deveriam ter sido postos à disposição da CRC (Companhia de Revenda e Colonização) nas datas estabelecidas no calendário de investimento que acompanha o Projeto.

Pelo que se pôde constatar, o Projeto em sua essência tinha um cunho fortemente social e estava estruturado de forma a produzir frutos, caso fosse implementado conforme o previsto. As visitas e entrevistas realizadas na área, que deveria ser o Núcleo de Colonização 2, demonstraram sua inoperância, apesar das metas ambiciosas do Projeto inicial; as operações foram iniciadas com um conhecimento limitado dos recursos já existentes. O Projeto não contou com um apoio contínuo, quer político, quer financeiro. Os programas sociais e econômicos não chegaram a ser implantados, e os colonos pouco ou quase nenhuma assistência tiveram. Apenas um agrônomo aparecia, raras vezes. Todos os demais encargos administrativos ficaram sob a responsabilidade de um capataz, que, como foi constatado, não tinha nenhuma experiência nesse tipo de trabalho. Os levantamentos planimétricos e altimétricos, com vistas à locação da sede, dos lotes rurais e dos lotes urbanos, não foram realizados. Na verdade, foram feitas apenas a indicação do sítio da sede e a demarcação dos lotes rurais. O Plano Básico de exploração dos lotes não foi além do escopo apresentado no Projeto. Daí a diversificação das atividades agropecuárias não ter ocorrido, permanecendo a área como domínio das culturas de subsistência, do "plantation" canavieiro e das terras devolutas. As estradas vicinais, devido às péssimas condições de conservação durante o período chuvoso, ficando o tráfego impraticável para qualquer tipo de veículo mecanizado, tornando, assim, muito difícil o sistema de comunicação e o escoamento dos poucos produtos aí, gerados. A sede do núcleo, como reza o Projeto inicial, ficou localizada no Engenho São Pedro, onde deveriam funcionar os escritórios administrativos da ANCAR (atual EMATER) e CRC. Precariamente, foi construído o prédio, que serviria como centro administrativo, no qual os

* De acordo com o projeto esquemático do Plano Básico de exploração, dos lotes, as casas dos colonos deveriam ser construídas com tijolo e telha.

colonos teriam mais fácil acesso para solução de problemas imediatos, sem a necessidade de se deslocarem até o Recife. Apurou-se, no entanto, através de entrevista realizada na CISAGRO com um ex-técnico da CRC (Companhia de Revenda e Colonização), que não durou mais do que 5 (cinco) anos esse tipo de assistência aos colonos. Até agora, (1980) esse escritório está fechado. E no mesmo engenho foram construídas algumas unidades domiciliares que serviram de residência para alguns funcionários da CRC, (Companhia de Revenda e Colonização) que deveriam residir no local; capatazes, chefes de almoxarifado, professora, etc., que, segundo as diretrizes do Projeto, não poderiam ser proprietários de parcelas. Quase todos são proprietários de lotes.

No Engenho Matapagipe, o lote 251 (duzentos e cinquenta e um), com 09,40 ha., ficou para o Serviço de Ação Comunitária, mas nunca foi implantado tal serviço. Na verdade, o que houve foi apenas uma comercialização ilegal: uma pessoa que não poderia comprar em seu próprio nome usou o da Ação Comunitária. Ressalte-se, porém, que este não foi um caso isolado. Na própria listagem das áreas dos lotes do Núcleo Colonial do Cabo, aparecem vários nomes de comerciantes e outras personalidades da cidade. Desde o início, a partir da distribuição de terras, o processo foi ilegal, considerando o regulamento do próprio Projeto, no que diz respeito aos "Beneficiários", que deveriam preencher as condições contidas no Regulamento de Colonização. ²

Os beneficiamentos agrícolas não foram feitos. Os poucos animais que chegaram ao Projeto foram mal distribuídos, sem nenhum esclarecimento prévio que conscientizasse o agricultor quanto a sua importância para recria. Também não houve, naquele caso, nenhuma assistência nem fiscalização por parte do órgão responsável pelo Projeto, impedindo a venda dos animais. As casas de tijolo não foram construídas em sua totalidade: muitas são de taipa e outras são casas da antiga usina, que não sofreram nenhuma melhoria. Os engenhos mais beneficiados quanto à moradia dos agricultores foram: São Pedro, Engenho Novo, Engenho Pau Santo, duas ou três casas no Engenho Trapiche e algumas no Engenho Pirapama; os demais engenhos, além do esquecimento comum a todas as coisas, tal fato, também ficou evidenciado nas residências. Outros fatos curiosos na área de colonização, que devem ser mencionados: promoção de um latifúndio dentro do próprio núcleo e várias granjas: umas, exploradas por comerciantes; outras, compradas dos colonos, mas totalmente inaproveitadas, além de uma propriedade exclusiva com exploração de gado de raça.

Inicialmente, estava prevista a implantação para 340 famílias, mas, apenas 88% estavam ocupadas, ou seja, 287 parcelas. Foi possível observar em alguns lotes, melhores condições que em outros, o que é normal, mas uma grande percentagem apresenta um quadro não aceitável para um núcleo oficial de colonização. Os beneficiários, que de acordo com o Projeto deveriam fixar suas residências nos lotes rurais, não cumpriram "in totum" o compromisso. De acordo com a pesquisa realizada, 24% dos proprietários residem fora da área do Projeto. Na divisão das parcelas não houve nenhum critério técnico. O tipo de exploração das parcelas é basicamente a cana-de-açúcar, com primitivos e rotineiros processos.

A comercialização é feita através de algumas usinas mais próximas e de outras que distam vários quilômetros. No próprio município, atualmente, há uma única usina. E o fato dessa usina exigir uma certa quantidade de toneladas para poder comercializar o produto do pequeno agricultor, faz com que aqueles que não alcançam a cota estipulada vendam suas canas por preço inferior ao colono vizinho, ou procurem outra usina. Os terrenos onde se cultiva a cana-de-açúcar são aqueles que, há mais de 40 ou 50 anos, são plantados com canaviais. O corte e a colheita são feitos freqüentemente fora do tempo, quando a cana já não apresenta suas melhores condições de maturação. Uma das causas da demora de colheita se relaciona às condições de localização de parte das parcelas e pela própria necessidade da usina, que tem como prioridade apanhar o produto nas áreas em que a produção lhe é mais rentável, e a cana das demais parcelas, isto é, daquelas procedentes de difícil acesso — relevo acidentado, inexistência de estradas —, é feito por animal ou pelo próprio homem até o local onde é possível a passagem de um autocarga. Quanto à idade da planta, esta, quando não cortada na época, acarreta um decréscimo em seu rendimento, tanto o expresse para o agricultor, em toneladas por unidade de superfície, como o revelado para o industrial, em quilos de açúcar por toneladas de cana. Quanto ao aproveitamento dos lotes, verifica-se que ele não se processa de modo racional. Da área total, apenas 54% são utilizados, elevando-se este percentual para 85% quando a comparação é feita com a área total aproveitável. Vale salientar que este último número encontra-se distorcido porque em alguns engenhos a área cultivada é superior à área total aproveitável. Olhando o mesmo assunto mas por outro prisma, observam-se verdadeiras distorções quanto ao Projeto inicial.

Em primeiro lugar, verifica-se a criação de classe de área, o que não previa o projeto inicial, uma vez que as parcelas deveriam ter um tamanho padrão de 10 ha. Em segundo lugar, há uma ocorrência de 34% das parcelas nas classes inferiores a 10 ha, acarretando, com isso, inviabilidade no seu aproveitamento, segundo as técnicas adotadas. Por fim, verifica-se essa utilização irracional das terras. Os maiores aproveitamentos ocorrem nas parcelas com mais de 20 ha, seguido das parcelas com área inferior a 4 ha. O menor aproveitamento de terras verifica-se na classe de 15-19 ha. As parcelas com área situada na classe de 5-9 aproximam-se bastante da média, que por si só, já é baixa. Isto reflete muito bem a tecnologia adotada. A mão-de-obra mais utilizada é a familiar. Apenas, na época do corte, os colonos que possuem maior quantidade de terras e maior quantidade de cana plantada trabalham com mão-de-obra alugada, procedente, principalmente, de outras parcelas do próprio núcleo, ou mesmo de outras localidades.

No que diz respeito à tecnologia empregada, observa-se ser das mais rudimentares, considerando-se que nenhuma "prática agrícola" tenha sido implantada, no sistema de uso da terra e quase não existindo diversificação de culturas. Os instrumentos de trabalho são praticamente os mesmos de antes (enxadas, pá, estrovena, foice, etc.). A maioria dos colonos continua com a cana-de-açúcar (como já foi mencionado), o que dá à área em estudo certa homogeneidade. Os produtos de horticultura e fruticultura são inexpressivos, com exceção das parcelas dos japoneses. Apenas uma parcela, que não é de agricultor, faz no momen-

to um experimento com piscicultura e uma outra com mamão. É comum o uso de adubos químicos e orgânicos, como também de inseticidas. Mas, exclusivamente na cana-de-açúcar. A superfície cultivada, de modo geral, é muito pequena (apesar de algumas exceções). A terra é cultivada apenas com meios manuais, porque são esses os disponíveis. Não é possível cultivar mais de 8 ou 10 ha. Não existem medidas para conservação do solo, o que se faz necessário para um maior rendimento. Com um melhor preparo do solo, as operações de plantio melhoram.

O plantio é feito de ladeira abaixo, acelerando, dessa forma, frequentemente, a erosão em sulcos. Há uma ausência quase total de implementos agrícolas nas parcelas do núcleo: apenas 1 (um) proprietário, que possui 230 ha (quase um latifúndio dentro do núcleo de colonização), utiliza equipamentos motomecanizados. Sendo a técnica rudimentar e muitas vezes incompatível com o meio, a resposta da terra é insuficiente. Verifica-se que a produtividade média é inferior à do Estado de Pernambuco que, por sua vez, já é bastante baixa. A produtividade da cana-de-açúcar não chega a 32 toneladas por hectare. A produtividade da macaxeira é da ordem de 220 kg por hectare, enquanto no Estado, esta se aproxima dos 10.000 kg, decorrente da falta de tratamentos culturais. O mesmo ocorre com os demais produtos cultivados. Isto se deve não apenas às técnicas adotadas, mas também, à incompatibilidade entre as espécies cultivadas e no meio onde são cultivadas.

O Projeto propunha o cultivo de espécies selecionadas e adaptadas ao meio, prevendo exatamente rendimento capaz de manter o parceleiro e sua família. O critério oficial é de difícil acesso, e nada foi realizado no sentido de facilitar ao colono o "financiamento do trabalhador rural", disposto muito claramente no "Decreto nº 59.428, de 28 de outubro de 1966; Seção IV". Se o crédito oficial é baixo, duas coisas podem ocorrer: o agricultor recorre ao financiamento particular pagando juros altíssimos; ou reaplica parte dos poucos recursos gerados pela atividade. Na primeira alternativa, a sua margem de lucro reduz-se substancialmente, podendo, inclusive, ficar "pendurado" junto ao credor. Na segunda, a aplicação dos poucos recursos gerará baixos rendimentos, que irá criar novamente exíguos recursos. Cria, por assim dizer, o círculo vicioso. A primeira alternativa é a mais comum, embora ocorra, em alguns casos, a segunda.

O despreparo do agricultor, representado pelo desconhecimento da tecnologia atual e das técnicas de planificação rural, leva-o a investir erroneamente e com isso ter como fruto uma baixa taxa de retorno. Verifica-se, aliás, que a taxa de retorno, dentre os diversos grupos de análise, não varia substancialmente entre si. As variações que ocorrem podem ser explicadas pela diferenciação de fertilidade dos solos entre um grupo e outro e pela categoria de declividade apresentado na área de estudo. Vale ressaltar que esta taxa de retorno representa o somatório do valor bruto das produções de cada grupo de análise, dividido pelo somatório das despesas totais de cada grupo de análise.

Ora, as despesas totais foram realizadas com a cultura da cana-de-açúcar, enquanto que o valor bruto das produções representa, além da cana-de-açúcar, outros produtos cultivados nos grupos de análise. A cana-de-açúcar participa com praticamente 99% da renda bruta formada em cada grupo de análise.

Desta forma, fica mais uma vez corroborada a inexistência de uma diversificação de cultura como pretendia o Projeto inicial, da mesma forma que fica também demonstrado que não houve tentativa de reciclagem do parceleiro para a adoção de culturas mais nobres e mais importantes para a região. Quanto ao nível sócio-econômico alcançado pelos colonos, verifica-se que o mesmo deixa muito a desejar, desde que nenhum trabalho foi realizado no plano social. Parece que a causa da persistência, até hoje, de todos esses problemas tem sido a descontinuidade administrativa dos órgãos a que o núcleo tem estado subordinado. Apenas 4 (quatro) escolas municipais funcionam atualmente.

A idéia de cooperativismo nunca, sequer, foi exposta aos colonos. Não existe, também, nenhum outro tipo de associação, nem mesmo visando, por exemplo, a promoção da mulher no âmbito doméstico. Hoje, pode-se ver em lugares esparsos na área do núcleo algumas igrejas protestantes, único local onde a população se reúne. As crianças, como é comum na zona canaveira do Estado, logo nos primeiros anos abandonam os bancos da escola e passam para o trabalho rural, sem nenhum direito de escolha para usufruir qualquer outro tipo de atividade.

Foi observado, durante a aplicação dos questionários, que um grande número de colonos não paga a revidência Social, FUNRURAL, nem é sindicalizado. Isso demonstra uma total alienação aos benefícios, que pelo menos em caso de doença, poderiam receber. Alguns proprietários dos lotes mostraram recibo pago do ITR (Imposto Territorial Rural). No entanto, não foi possível localizar no órgão responsável por esse cadastramento o número atual de proprietários no Núcleo de Colonização 2, desde que os nomes de pessoas cadastradas no município do Cabo não coincidem com a relação fornecida pelo escritório do Núcleo.

Soube-se, através de informações verbais, que o número de colonos diminuiu devido à aquisição de mais de dois ou três lotes por uma só pessoa, na maioria das vezes, por não agricultores; daí, a explicação da presença na área de um acentuado número de granjas; algumas exploradas pelos proprietários, outras com boas residências, mas servindo apenas para fins-de-semana, para uma classe de poder aquisitivo alto. Os problemas abordados, neste estudo, refletem bem a não implantação do Projeto de Colonização 2, onde a modificação na estrutura fundiária não assumiu especial importância, desde que não houve nenhum desenvolvimento na agricultura. Os colonos continuam nos mais baixos níveis de vida, sob o tríplice aspecto econômico, cultural e sanitário. Não conseguem eles empréstimo direto no Banco ou em qualquer outra instituição creditícia. O empréstimo para o cultivo da cana é feito através da Usina com o parceleiro notando-se que, além do juro cobrado pelo Banco do Brasil, há um acréscimo cobrado pelo usineiro.

Assim, se explica o porquê da presença dominante da cana-de-açúcar. A área de colonização continua sob o domínio da agroindústria canaveira. No caso em estudo, talvez o empréstimo para outro tipo qualquer de lavoura fosse possível através de uma cooperativa agrícola, onde o acesso ao pequeno produtor fosse franqueado. Deve-se lembrar, no entanto, que esse tipo de operação "cooperativista", inclusive para escoamento da produção, só seria possível através da conscientização dos colonos para o problema que os envolve e ao mesmo tempo fazê-los despertar para a necessidade de uma comunidade associativista.

Os poucos êxitos alcançados por alguns colonos devem ser imputados à capacidade individual daqueles que conseguiram progredir, e não à organização do "Núcleo de Colonização". Falhou toda e qualquer técnica ou beneficiamento que, porventura, tentaram implantar. Os problemas aqui abordados, e as várias observações foram feitas para que possam servir de subsídios para estudos futuros, a fim de se obter um melhor aproveitamento agrícola da área. Realizou-se um trabalho prático, através de um contato com o agricultor. Não faltaram as tentativas de se conseguir dados oficiais sobre a implantação da colonização, da distribuição dos implementos agrícolas e da doação de animais, etc. . . conforme propunha o Projeto inicial. A extinção de um órgão ou sua fusão significa também a destruição ou extravio de documentos, arquivos, projetos, relatórios, etc. ou de outro qualquer tipo de informação oficial concreta; o que significa também procurar ignorar ou negar a existência de realizações por eles executadas, dificultando assim, qualquer trabalho que necessite de dados ou informações que digam respeito ao que naquele órgão foi desenvolvido. Todas as informações contidas no trabalho foram apuradas através de questionários, aplicados aos colonos e moradores das parcelas, e uma entrevista realizada com um agrônomo da extinta CRC, com o administrador da área "colonizada".

Para efeito de elaboração de conclusões, pode-se dividir o Projeto em duas partes: (a) a primeira no que se refere a sua elaboração; (b) a segunda corresponde à fase de implantação e desenvolvimento. A partir desta divisão, a análise torna-se mais fluída e mais compreensível. Quanto à fase de elaboração, vários técnicos de distintos órgãos participaram, assessorados por um consultor da FAO. Nesta fase, foi elaborado o esboço preliminar do Projeto e foram definidos os objetivos, metas e a metodologia. Numa outra etapa desta fase foi elaborado o documento final, onde se indicava também o número de parcelas a serem criadas, os estudos complementares a serem realizados, a estrutura ocupacional da parcela, a forma de implantação, o modo de gerenciamento, etc.

A princípio, esta fase do projeto foi cumprida a contento. Não obstante haver algo de ambicioso em suas proposições, era possível de ser implementado com sucesso. A principal falha desta fase foi a não observação aos estudos contidos na fase de implantação. Tais estudos não foram realizados nem antes nem depois, deixando, por conseguinte, já no início, o Projeto falho. Mesmo assim, ele poderia ter sido bem sucedido se a implementação tivesse sido feita de acordo com os ditames do documento que lhe deu origem. A fase posterior, ou seja, a fase de implementação, feriu totalmente as proposições feitas no documento original. Nada do que foi proposto foi cumprido, inclusive o esquema de ocupação de terras, a não ser a distribuição do espaço físico das parcelas. A própria distribuição das parcelas foi feita de forma arbitrária, contemplando indivíduos que nada tinham a ver com o espírito e a filosofia do Projeto.

Os critérios sugeridos para a seleção não foram seguidos e, conseqüentemente, os beneficiários terminaram desfavorecidos de um modo geral. — Falhou, portanto, o Projeto. — Falhou porque faltou, por parte do Governo e dos órgãos competentes, o apoio técnico-político e financeiro. — Faltou o apoio técnico porque não foi implantado de acordo com os princípios estabelecidos no documento original; porque os colonos não foram treinados, nem, muito menos, ori-

entados para as novas atividades que iriam ser implantadas; porque não foi prestada assistência técnica e social adequada; e porque o pessoal indicado para gerenciar o Projeto não tinha a mínima qualificação técnica, restando atualmente um mero administrador totalmente despreparado.

Vale salientar que a direção de um empreendimento de colonização é um trabalho altamente especializado, principalmente no que tange aos árduos trabalhos de campo. As experiências realizadas têm demonstrado a importância qualitativa individual dos dirigentes como parâmetros de medição para o êxito ou fracasso de áreas colonizadas. Quanto ao apoio político, verifica-se que não houve por parte do Governo e dos órgãos encarregados, no caso, a CRC (Companhia de Revenda e Colonização), em seguida, a CISAGRO, esforço e interesse em apoiar o Projeto, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista financeiro. É necessário, portanto, um esforço coordenado e constante para realizar um programa intensivo de desenvolvimento agrícola equilibrado, procurando sanar as necessidades dos produtos de subsistência, para que, de fato, o pequeno agricultor chegue a desempenhar um papel central, tornando-se elemento indispensável para o setor primário. Negligenciá-lo seria um grave risco para uma região como o Nordeste, cuja base da economia é a agricultura.

Um outro parâmetro que pesa para o êxito do núcleo é o que se refere ao repasse financeiro; no entanto, torna-se extremamente difícil, se não impossível, no caso da colonização oficial no Brasil, devido aos largos prazos, durante os quais se têm desenvolvido os trabalhos em núcleo; não tem havido, nesses períodos, seqüência administrativa em níveis local e estadual, de modo a permitir a consolidação dos dispêndios realizados em período de vários anos. Os trabalhos que começaram a ser desenvolvidos sofreram grandes descontinuidades, quando não raro, total paralização.

Associado a isto verifica-se, também, o problema do crédito rural, previsto e não liberado, tornando-se de difícil acesso, mesmo, estando as terras juridicamente legalizadas. — Vincenzo d'Apote,³ técnico da FAO que esteve à disposição da SUDENE, (Departamento de Agricultura e Abastecimento), diz que “indicadas as áreas de atuação, a médio e a curto prazos, se faz necessário uma ação *urgente e intensiva*, portanto, de um apoio político e financeiro adequado”, admitindo ainda D'Apote que, “para o pequeno e raro êxito da colonização dirigida no Nordeste tem contribuído uma série de fatores negativos”, dentre os quais podem ser incluídos: — sistema de comercialização desfavorável aos produtores por falta de organização; grande parte das terras não é apta para a colonização; vias de acesso deficiente; falta de regularização jurídica das terras do núcleo (o que não é o caso). Verifica-se, portanto, que os problemas do Núcleo de Colonização 2 são comuns a outros núcleos espalhados pelo Nordeste. Daí conclui-se que as causas do insucesso encontram-se na fase de implementação e não na de elaboração. Tal hipótese é corroborada por D'APOTE quando ele afirma que há necessidade de um apoio político e financeiro. Desta afirmativa pode-se inferir que deve haver também apoio técnico, que é consequência dos dois.

Uma vez falha a implantação do Projeto de Colonização e, por conseguinte, o modo como vem sendo dirigido o Núcleo, seria de suma importância, para

o seu desenvolvimento uma atuação mais direta das autoridades ou órgãos competentes, no sentido de orientar o colono para uma diversificação de cultura na área, de modo que o pequeno produtor tivesse condições de romper a subordinação para com a usina, desde que a única opção é a cana-de-açúcar. A implantação e execução de um programa desse tipo deve ser da responsabilidade de uma equipe polivalente, capaz de dinamizar o setor econômico da área; não obstante ser uma área relativamente pequena, ela carece de uma organização mais adequada, devendo existir no próprio Núcleo uma equipe de colonos que funcionaria como um sistema de condomínio na própria comunidade; capazes de resolver os problemas mais imediatos, que venham a surgir; a qual teriam acesso mais imediato ao órgão dirigente. Os erros cometidos no passado, isto é, a total distorção do Projeto inicial, não justificam, de modo algum, que no presente negue-se ao agricultor uma orientação racional.

O Núcleo poderia servir como uma forte contribuição efetiva à solução do problema do abastecimento do Recife, com tendência a um acentuado agravamento, pelo crescimento acelerado da população com a expansão dos complexos industriais. Por outro lado, a curta distância que separa o Núcleo do maior centro consumidor, o Recife, resolveria em grande parte o problema do transporte, no que diz respeito ao gasto com combustível. O Recife conta em sua vizinhança rural com poucas áreas de horticultura, o que não é comum nos arredores das grandes aglomerações urbanas. Uma publicação sobre o caso do abastecimento do Recife diz em face ao seu crescimento, "as suas fontes supridoras de alimentos têm mais e mais se distanciando daquele centro de consumo, agravando progressivamente o problema de abastecimento".⁴ É imprescindível um esforço coordenado e constante para poder se realizar um programa equilibrado, no qual a produção de alimentos desempenhe um papel central na economia do Estado.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Recife, Arquivo Público. Imprensa Oficial, 1961.
- 2 LATIFÚNDIOS, e Minifúndios, Módulo Rural, Reforma Agrária e Colonização, pág. 38. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 3 BRASIL/SUDENE. *Bases para uma Política de Colonização e Reforma Agrária no Nordeste do Brasil*. Vincenzo D'Apote e Colaboradores.
- 4 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Abastecimento de Gêneros alimentícios da Cidade do Recife*. Fortaleza, ETENE, 1962.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Gilberto Osório de. *O projeto de colonização do alto Turi (Maranhão)*. Recife, SUDENE/DRH – DAA, 1972, 74 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1975, 67 p. il. (Brasil SUDENE Estudos Regionais, 1). Inclui bibliografia.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963, 265 p. il. Inclui bibliografia.
- ARRUDA, Hélio Palma. *Latifúndio, minifúndio, módulo rural, reforma agrária, colonização*. Porto Alegre, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1976, 59 p.
- BOLETIM da Associação de Reforma Agrária. Brasília, 6(7-8) jul/ago, 1976
- BOLETIM da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, 5(5-6) maio/jun, 1975.
- BOLETIM da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, 6(9-10) set/out, 1976
- BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e Poder*. Análise de evolução política, um município da microrregião da Mata seca Pernambucana. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestrado em Sociologia pelo Curso de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977, 157 p.
- COMPANHIA DE REVENDA E COLONIZAÇÃO. *Projeto de colonização nº 2*. Recife, 1961
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Plano de colonização agrícola*. Recife, 1957. 11 p. Tese defendida pela FAREP perante a IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza.
- FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Arquivo Público. Imprensa Oficial, Recife, 1962, 417 p. Inclui bibliografia.
- GALLETI, Aldons Albuquerque. Crédito rural no Brasil e a sua conjugação com a assistência técnica. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 14(5): 80-85, set/out, 1974
- INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Cana e reforma agrária*. Recife, 1970, 376 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Projeto integrado de colonização de Rebojo*. Estrela do Norte, 1972, 16 p.
- MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem; problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. 304 p. il. (Série estudos e Pesquisas, 4). Inclui bibliografia.
- MELO, Mário Lacerda de. *A colonização e os problemas agrários do Nordeste*. Recife, IJNPS, 1962 (Separata do Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nº 10 de 1961).
- MELLO, Maria Conceição D'Incal. *O "Bóia-fria"; acumulação e miséria*. 4 ed. Petrópolis, vazes, 1976, 154 p. Inclui bibliografia.

- NICHOLLS, William H. & PAIVA, Ray Miller. *Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira*. 1963/73: noventa e nove fazendas revista-das. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, 268 p.
- PAIVA, Ruy Miller. *A região do Nordeste, numa apreciação dos problemas de sua agricultura*. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1965. 26 p. tab. (Série Problemas de Região, 1).
- PESSOA, Dirceu & COELHO, Jorge. *Colonização e Reforma Agrária; subsídios para uma política de colonização agrícola para o Nordeste*. Recife, SUDENE, 1965. 58 p. Inclui bibliografia.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979. 295 p. Inclui bibliografia.
- SANTOS, M. Coutinho dos. *Créditos e bancos para a produção rural*. Brasil açucareiro. Rio de Janeiro, 78 (5):49-54, nov. 1971
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Mudanças e tensões sociais no meio rural de Pernambuco*. Recife, CONDEPE, 1970, 56 p. (Cadernos do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, Agricultura, 4).